

O PAPEL DA UNE NO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XX

LÚCIA RANGEL AZEVEDO

Professora da Fatea de Lorena. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RESUMO

Este artigo se propõe a apresentar os movimentos estudantis dentro do quadro político brasileiro entre as décadas de 1950 e 1985. De início vamos focar nos acontecimentos ocorridos entre 1954 e 1964 buscando construir um quadro da situação do país nesta época. Vamos nos deter na atuação da UNE chamando a atenção do leitor para o fato de que a entidade representativa dos estudantes universitários não se limita à questão educacional, mas está preocupada com a realidade brasileira do ponto de vista social, político e econômico. A UNE alcança uma posição de grande prestígio no cenário nacional devido à sua participação na discussão dos problemas brasileiros. Em 1964, o golpe de Estado, que lança o país numa ditadura militar por 21 anos, modifica toda a estrutura educacional do país, criando várias questões a serem enfrentadas pela UNE. Os estudantes, através da UNE, vão trabalhar entre outros temas, pela implantação da reforma universitária e pela questão dos excedentes. Finalmente, discutimos a atuação da UNE no final do período considerado, chamando a atenção para uma certa apatia dos estudantes em relação à problemática nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Movimento estudantil; Ditadura militar; Excedentes; Reforma universitária; Problemas brasileiros; Apatia.

ABSTRACT

This article tries to introduce the student movements inside the politician scenario of Brazil from 1950 to 1985. We started this presentation focusing the political facts between 1954 and 1964 trying to build a framework about the situation of the country by this time. The performance of UNE involves not only the educational question but also the social, political and economic Brazilian reality. UNE gets to a very important position in the country because of its participation in the discussion of the Brazilian problems. By 1964, a 'coup d'etat' throws the country into a military dictatorship, which lasts for 21 years. This modifies all the educational structure of the country and challenges UNE in many ways. The students use UNE to try to get the university reform and also to find a solution for the problem of the students who get approved in the tests to get into the universities but can't do it because there's no space for all the students. Finally, we've discussed the performance of UNE till 1985, calling attention of our readers to the small interest of our students to the problems of our country.

KEYWORDS

Student movements; Military dictatorship; University reform; Brazilian problems; Apaty.

CONTEXTO POLÍTICO ENTRE 1954 E 1964

A partir de 1945, vários países ocidentais enfrentaram grandes desafios econômicos, sociais e políticos como consequência da Segunda Grande Guerra. No Brasil, o país tentava se reorganizar após 15 anos de regime ditatorial.

Em 1954, a população brasileira vivencia momentos dramáticos devido a uma grave crise política que resultou no suicídio do presidente Getúlio Vargas.

Neste cenário conturbado, o movimento estudantil liderado pela União Nacional dos Estudantes, a UNE, voltava às suas atividades depois de um longo período de silêncio devido à repressão política.

A UNE foi fundada em 1937, como resultado de um grande movimento estudantil em defesa da criação de uma entidade que congregasse todos os estudantes universitários na discussão das grandes questões nacionais. A UNE surgiu às vésperas do Estado Novo, sistema autoritário, o que significou a manutenção de um determinado controle do Estado sobre suas atividades durante algum tempo (SANFELICE, 2008, p. 17).

Durante a década de 1950, a UNE voltou à atividade, se reestruturou, entrando numa nova fase de sua história. O movimento estudantil vivenciava então um processo de politização, discutindo temas de interesse nacional, como o aumento de preços, a defesa de princípios nacionalistas, a oposição à presença de empresas estrangeiras no Brasil e aos acordos militares entre Brasil e Estados Unidos, entre outros.

Mas a UNE também se interessou por temas diretamente ligados à educação. Ela foi grande defensora da escola pública nos debates de que participou ao longo da discussão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961 pelo Congresso Nacional.

Poerner (1979) se refere à gestão da UNE em 1956 como a retomada da entidade pelos estudantes progressistas após um período negro ou policial, sob o domínio dos direitistas. Poerner afirma que a diretoria que assumiu a UNE em 1957 marcou um novo tempo para a entidade, tempo de recuperação democrática. Cunha (1963, p. 61) nos diz: “[...] os estudantes universitários, até então buscados como massa de manobra para conflitos entre segmentos das classes dominantes, passaram a atuar como aliados explícitos das classes trabalhadoras na construção de uma nova ordem social”.

Os universitários, representados pela UNE, vinham desde o final dos anos 1950 se movimentando para reestruturar o ensino universitário. Na década de 1960, os estudantes instalaram junto com os professores, comissões paritárias e cursos piloto para discutirem as propostas para uma Reforma Universitária.

Após a década de 1950, marcada pela redemocratização, nacionalismo e desenvolvimentismo, os anos de 1960 caracterizaram-se por seguidas crises econômicas e políticas, além dos problemas sociais com os quais o país já vinha convivendo desde o período da colonização, sem alcançar avanços importantes.

Do ponto de vista econômico, o Brasil acabava de vivenciar o período da presidência de Juscelino Kubitschek, 1956-60, marcado por muitos investimentos em grandes obras, incluindo a construção da nova capital, Brasília. Os grandes investimentos, feitos muitas vezes sem o planejamento necessário, levaram ao desequilíbrio financeiro, à inflação crescente, ao desemprego; o desenvolvimento do país continuava insuficiente e grande parte da população não conseguia acesso a melhores condições de vida, gerando insatisfação geral.

Mas é importante lembrar que o governo de Juscelino Kubitschek foi também marcado por grande liberdade política, pelo respeito aos direitos dos cidadãos, pela defesa dos valores democráticos. Este clima democrático aliado a um período de grande desenvolvimento, inclusive na área industrial com a vinda da produção automobilística para o Brasil, todos esses fatores geraram um ambiente de entusiasmo que se refletiu nas atividades estudantis.

Na área política, a renúncia do Pres. Jânio Quadros em 1961, antes de completar oito meses no governo, lançou o país em gravíssima crise institucional. A resistência dos militares em aceitarem a posse do vice-presidente democraticamente eleito, Sr. João Goulart, criou um estado de insegurança institucional na sociedade, acirrando os ânimos e dividindo as opiniões.

A população vivenciara poucos anos antes uma longa crise política que culminara com o suicídio do Pres. Getúlio Vargas em 1954, fato gerador de grande trauma para toda a sociedade brasileira, cuja lembrança ainda se mantinha muito presente.

No início da década de 1960, o clima entre os estudantes era de muita participação e entusiasmo pelas questões nacionais. Reiterando o que já colocamos, a União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em 1937, logo no início do Estado Novo, ficara desativada durante vários anos, porém ao retomar suas atividades em 1957, ela o fez com grande entusiasmo. Esta participação ativa no debate dos problemas brasileiros permitiu-lhe importante projeção no cenário nacional.

Ao tomar conhecimento da renúncia do Pres. Jânio Quadros em agosto de 1961, a UNE não hesitou em assumir uma posição explícita em defesa da legalidade, se pronunciando publicamente a favor da posse do vice-presidente eleito, de acordo com a Constituição Federal em vigor. Sobre esta questão, a UNE publicou no jornal Metropolitano, da própria entidade, uma nota oficial nos seguintes termos:

A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a criar há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional de Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes não de resistir.

O povo brasileiro, nesta hora de decisão, não pode titubear, indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição da força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida, à risca, a letra da Constituição.

Conclamamos o povo e, particularmente os estudantes, para que se mantenham vigilantes. Infelizmente, cercada, perseguida, fechada, a UNE nem sempre tem podido furar a censura e o policialismo que domina o Estado da Guanabara. Mas podem crer que não cederemos. A Constituição deve ser defendida!

Povo e Estudantes do Brasil, Unidos pela Constituição! Unidos pela Legalidade! (CASTILHO apud SANFELICE, 2008, p. 27).

Em setembro de 1961, João Goulart assume a presidência do país após tensas negociações entre as forças políticas lideradas por Tancredo Neves, que tentavam manter o estado de direito e os chefes militares que resistiam à posse do vice presidente eleito. Para se chegar a um acordo, os militares exigiram a mudança do regime político, do presidencialismo para o parlamentarismo. Em outras palavras, João Goulart pôde assumir o cargo de presidente, porém com poderes bastante limitados.

Somente em janeiro de 1963, o país voltou ao regime presidencialista através de um plebiscito realizado em todo o Brasil. Só então, Goulart passou a exercer o cargo com amplos poderes de acordo com a Constituição Federal.

Os estudantes continuaram a se posicionar publicamente, em muitas oportunidades, em defesa da preservação do mandato do Pres. João Goulart até o final, como mandava a Carta Magna do país, fato que acabou não ocorrendo devido ao golpe militar de 1964. O Pres. Goulart governou de setembro de 1961 até março de 1964.

A participação da UNE na vida nacional não se restringia aos temas pertinentes à educação, mas envolvia também temas diretamente ligados ao desenvolvimento econômico e político do país, como a defesa dos interesses da classe trabalhadora, o combate ao colonialismo, a defesa da soberania do país, da auto-determinação dos povos da América Latina, da consolidação das conquistas nacionais, como a Petrobrás, das riquezas minerais, a discussão da remessa de lucros, da industrialização do país e outros temas de interesse nacional.

A UNE se interessava também pelas questões sociais, lutando pela promoção da justiça social, pela distribuição mais igualitária da renda nacional, pelo direito à greve, pela participação dos trabalhadores nos lucros, pela co-gestão operária. Defendia a implantação das reformas de base, incluindo a reforma agrária, questão crucial para o país cuja discussão já vinha se arrastando há anos nas universidades, nas igrejas e nos mais diversos fóruns em vários Estados brasileiros. Um indicador da popularidade e relevância do tema 'reforma agrária' para a sociedade brasileira foi o sucesso

alcançado pela peça de teatro, “Morte e Vida Severina”, uma adaptação do poema de João Cabral de Melo Neto, focada na reforma agrária e apresentada nos teatros das principais capitais do país na década de 1960, incluindo a inauguração do Teatro Tuca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1965.

Os estudantes, representados pela UNE, manifestavam então grande interesse pelas questões políticas, econômicas e sociais do país, através de sua presença constante nas discussões relativas aos acontecimentos nacionais.

O plebiscito relativo ao sistema de governo, ocorrido em janeiro de 1963, contou com intensa participação da UNE na campanha pelo ‘NÃO’ ao parlamentarismo e pela defesa do presidencialismo. Como se sabe, o sistema parlamentarista saiu derrotado e o Pres. Goulart pôde então assumir seu cargo dentro das condições constitucionais em vigor na época de sua eleição em 1960. O país voltava assim à normalidade constitucional, mas isto não significou que o país retornasse a um estado de tranquilidade política.

As crises políticas se sucediam. Durante os trinta e um meses de seu mandato, o Pres. Goulart enfrentou uma sequência de situações políticas muito difíceis, várias delas chegando mesmo a ameaçar sua permanência no cargo. Essas crises decorriam inclusive de motivos inerentes ao próprio governo, conforme se pode observar no texto de Toledo (apud SANFELICE, 2008, p. 32):

A sucessão de crises políticas advinha das contradições em que se debatia o governo: ao mesmo tempo em que agitava a bandeira do nacionalismo e das Reformas – solicitando, pois, o apoio das massas populares e dos setores políticos de esquerda – Goulart, por outro lado, protelava indefinidamente a realização de medidas populares, afastava colaboradores ideologicamente progressistas, combatia os setores independentes (não pelegos) do movimento sindical, condenava abertamente iniciativas políticas de esquerda... As concessões à reação não se reduziam a estes fatos, pois o governo reservava os cargos mais importantes da administração federal (particularmente aqueles responsáveis pela política econômico-financeira) apenas para os representantes das classes dominantes, indicava também “duros” das Forças Armadas para estratégicos postos de comando e mantinha compromissos com o conservador PSD.

Junto às dificuldades políticas, o país vivenciou também, durante o governo Goulart, o agravamento da situação econômico-financeira evidenciado no desenvolvimento insuficiente do país, no desemprego e nos índices crescentes de inflação, difícil de ser mantida sob controle.

Na tentativa de administrar esta situação, o governo Goulart elaborou o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social: 1963-1965, cujo objetivo era conciliar o combate à inflação com a retomada do crescimento do PIB, ao mesmo tempo em que buscava uma melhor distribuição da renda no país.

O governo não conseguiu implantar este plano, provavelmente pela fragilidade que o caracterizou desde a posse em 1961, decorrente de suas contradições internas.

Nas comemorações do 1º de maio de 1963, a UNE publicou uma Nota Oficial afirmando que não havia diferenças fundamentais entre os estudantes e os trabalhadores e que o desejo da entidade era se voltar para a classe trabalhadora e suas necessidades.

Este era também o propósito da Reforma Universitária, há tanto tempo defendida pelos estudantes: criar uma Universidade preocupada com as carências do povo brasileiro que procurasse, através dos cursos ministrados, preparar os alunos para responder a estas carências.

Como se pode perceber através dessas e outras manifestações, a pressão exercida pela UNE sobre o Pres. Goulart para que promulgasse as reformas consideradas por ela necessárias ao bem estar da população mais carente, era contínua, contundente. Os estudantes, representados pela UNE, não estavam conformados com as condições sociais da população mais pobre e nem mesmo com as condições da educação brasileira. Eram muitas e diversas as suas reivindicações.

Em janeiro de 1963, na gestão de Vinicius Brandt como presidente da UNE, aconteceu um Conselho em que se reafirmou o interesse dos estudantes no desenvolvimento do país. Eles propunham o fortalecimento da luta pelas reformas de base, buscavam modificar a estrutura de dominação da

sociedade brasileira e das diferenças sociais, trabalhando para a construção de uma nova sociedade, mais igualitária (CUNHA, 1963, p. 4-6; SANFELICE, 2008, p. 51).

Há inúmeros registros na literatura sobre a movimentação política da UNE nesta época, o que demonstra o interesse da entidade pela vida política do país e seu envolvimento constante na discussão dos problemas nacionais. Exatamente em função desta intensa participação política, fica evidente que os estudantes, pelo menos aqueles alunos pertencentes à UNE, tinham pleno conhecimento da fragilidade das instituições políticas do país na época. A UNE participou intensamente dos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil durante o governo Goulart, período marcado pela tensão e pela insegurança institucional.

Durante todo o ano de 1963, a sociedade brasileira conviveu com a possibilidade de um golpe de Estado, o que acabou ocorrendo em 1964, quando os militares assumiram o poder.

Após 31 de março de 1964, essa atuação, até então intensa dos estudantes na vida política do país, passa a ser severamente controlada pelas forças repressivas do novo governo. A diretoria da UNE foi destituída imediatamente após o golpe de Estado, e sua sede no Rio de Janeiro foi literalmente destruída por um incêndio logo nos primeiros dias de abril de 1964.

A discussão das questões relativas à Universidade foi entregue pelo novo governo a um pequeno grupo de “especialistas”, composto por pessoas escolhidas pelo próprio governo. Os estudantes foram afastados dessa discussão.

Muitas foram as medidas tomadas pelo governo militar, tanto no sentido de restringir a autonomia dos movimentos estudantis, quanto no sentido de buscar alternativas que mantivessem o controle das atividades dos estudantes nas mãos das autoridades recém instaladas no poder. Os Centros Acadêmicos foram substituídos pelos Diretórios Acadêmicos, os quais eram obrigados a prestar conta de seus atos, apresentando seus programas e atividades culturais à direção das universidades. Esta substituição foi uma forma inteligente, sutil, mas poderosa de manter as representações estudantis em funcionamento, porém, sob controle do Estado. A UNE foi substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes, D.N.E.

Estas mudanças agravaram as inquietações dos estudantes; as estruturas da universidade permaneceram praticamente inalteradas.

Como vimos, toda a movimentação dos estudantes, manifestada através da UNE, é interrompida com o golpe de Estado de 1964.

A QUESTÃO DOS EXCEDENTES

Uma questão já antiga incomodava demais os estudantes. Trata-se dos “excedentes”, ou, os alunos que, embora aprovados nos vestibulares das universidades públicas, não conseguiram se matricular por falta de vagas. Esta situação gerou tensão, ansiedade e muita mobilização por parte dos estudantes. Vejamos o texto de aula inaugural proferida no Departamento de História da USP em 1968:

Nos últimos anos, o número dos (candidatos) que tentam ingressar nos cursos superiores e que, embora considerados habilitados nos exames vestibulares, não conseguem vagas, tem aumentado progressivamente, tornando se um problema a preocupar as autoridades universitárias e sobretudo os setores político-administrativos, aos quais não interessam as agitações que a questão dos excedentes provoca todos os anos, com protestos, passeatas, manifestos e invasões de faculdades e até da Congregação, como sucedeu este ano na Faculdade de Filosofia (VIOTTI, 1968 *apud* MARTINS, 1988, p. 56).

Para se ter uma idéia da dimensão do problema, em 1960, o número de excedentes alcançou 28.728 candidatos. Em 1971, portanto 11 anos depois, este número chegou a 161.176 alunos.

Ao analisar esta questão, verificamos que as explicações para este crescimento são muitas, são amplas, são históricas.

Na segunda metade do séc. XX, acontece um fenômeno social de enorme amplitude, com grande repercussão na organização da sociedade; estou me referindo ao movimento migratório que levou milhões de pessoas da zona rural para a zona urbana em muitos países europeus, americanos e até asiáticos. Este fato social foi caracterizado pela rapidez, pelo enorme alcance e também pela impossibilidade de ser revertido. Em poucas décadas, entre os anos 1950 e 1980, o mundo assistiu a este movimento de migração e às suas consequências na organização da sociedade contemporânea.

Hobsbawn (1995, p. 284) faz uma análise bastante detalhada de todo este movimento em vários países, desde os mais desenvolvidos e liberais até os menos desenvolvidos da Ásia e América Latina. Somente três regiões do planeta mantiveram ampla maioria de suas populações dedicada essencialmente às atividades agrícolas: África subsaariana, o sul e o sudeste da Ásia continental e a China.

No Brasil, entre os anos de 1960 e 1980, este êxodo reduziu a porcentagem de trabalhadores rurais praticamente à metade. Na medida em que o campo se esvaziava, cresciam as grandes cidades. Na década de 1980, as maiores aglomerações urbanas eram encontradas no Terceiro Mundo: Cairo, Cidade do México, S. Paulo, Xangai, cujas populações se contavam em dezenas de milhões (HOBSBAWN, 1995, p. 288).

Esta revolução migratória gerou transformações profundas na organização da sociedade local: a população passou a vivenciar uma nova realidade, o que levou à necessidade de capacitar pessoas para a execução de tarefas novas, específicas. E isto só poderia ser feito através do Ensino Básico e Superior. Para se adquirir essa capacitação, a primeira grande tarefa consistiu na alfabetização da população. Muitos países instituíram projetos ambiciosos de alfabetização muito bem sucedidos, o que levou a uma pressão crescente pela criação de vagas no Ensino Médio e Superior.

Para termos uma idéia da amplitude deste fenômeno, segundo Hobsbawn (1995), antes da Segunda Guerra Mundial, os três países mais desenvolvidos da Europa: Alemanha, França e Inglaterra, cuja população total somava aproximadamente 150 milhões de habitantes, tinham em torno de 150 mil universitários, o que correspondia a um décimo de 1% de suas populações. No final dos anos 80, seus estudantes universitários eram contados em milhões, correspondendo a 2.5% da população. Em outros países como Irlanda, Grécia, Finlândia, Islândia, Suécia e Itália, o fenômeno se repetiu.

Pois bem, o grande movimento migratório da zona rural para a zona urbana observado nesta época, levou a modificações importantes na formação intelectual dos jovens, sobretudo universitários. Explicando melhor, o movimento migratório criou na sociedade a necessidade de novos profissionais, o que forçou a universidade a oferecer esse preparo profissional para os jovens, através de novas carreiras requeridas pelas mudanças sociais.

Como vimos, o número de jovens nas universidades alcançou dimensões enormes, jamais atingidas. Ao longo da década de 1960, os estudantes universitários se tornaram realmente uma força do ponto de vista político e social, o que ficou evidenciado nos acontecimentos políticos protagonizados por eles em várias partes do mundo em 1968.

Nos países socialistas a corrida pelas universidades foi muito menos acentuada. Na China de Mao, a educação superior foi quase abolida, na Hungria e Tchecoslováquia, a porcentagem de alunos era menor do que em praticamente todos os outros Estados europeus. Provavelmente isto se explica pelas características do sistema socialista, como a menor pressão observada nos países socialistas, por parte dos consumidores, por melhores serviços ou produtos (HOBSBAWN, 1995).

Podemos inferir daí que o aumento extraordinário no número de alunos cursando a educação superior na segunda metade do séc. XX pode ter sido também consequência da pressão do consumidor, o que não teria ocorrido nos governos socialistas.

Ao lado desta revolução social causada pelas migrações e por fatores ideológicos, há outro fator que certamente exerceu grande influência neste crescimento; trata-se do empenho das famílias de classe média ou baixa em mandar seus filhos para a universidade, convencidas de que este seria o melhor caminho para garantir-lhes um futuro promissor através de uma renda suficiente para o padrão de vida desejado.

A consolidação do processo de industrialização possibilitou o aparecimento de grandes empresas usuárias de tecnologias avançadas, as quais necessitavam de mão de obra super especializada. E a formação profissional altamente qualificada é oferecida nas universidades ou através do ensino superior.

Esses alunos passam a representar um eficiente canal de expressão das reivindicações sociais e políticas de sua época, significando um novo fator cultural em sua sociedade.

Hobsbawn (1995, p. 295) afirma que

os movimentos radicais organizados pelos estudantes de esquerda constituíram um fato novo nos países desenvolvidos, embora não nos subdesenvolvidos e dependentes. Antes da Segunda Guerra Mundial, a grande maioria dos estudantes na Europa Central e Ocidental e na América do Norte era apolítica ou de direita.

No Brasil, pôde-se observar o mesmo fenômeno que acabamos de descrever, ou seja, a demanda por vagas nas universidades se multiplicou nos anos 1960.

Outro motivo importante para este aumento da demanda por vagas no Ensino Superior decorreu do crescimento do ensino médio; entre 1947 e 1964, o número de estabelecimentos de ensino médio passou de 3.415 para 8.592 (WEBER, 1976, p. 20).

Entretanto, muitos desses candidatos ao ensino superior não conseguiram realizar seu objetivo de ingressar e se formar num curso de graduação. Como já colocamos, em 1960 tivemos aproximadamente 28 mil excedentes, número que alcançou mais de 161 mil excedentes em 1971.

O governo militar autoritário, que assumira o poder em 1964 através de um golpe de Estado, de início não se mostrou sensível às reivindicações dos alunos por mais vagas no ensino superior. Porém, à medida que este número foi crescendo, a pressão exercida pelo enorme contingente de alunos impedidos de se matricular nas universidades, foi se tornando insuportável e a busca de uma solução para o problema passou a ser uma necessidade inadiável do governo federal.

As camadas da classe média vêm na educação, principalmente do nível superior, a grande oportunidade para viabilizar seu projeto de ascensão na escala social.

Alguns autores, como Mills (1969) e Martins (1988), defendem a tese de que tenha existido uma relação entre o processo de concentração de propriedade e de renda em pleno desenvolvimento no país desde a década de 1950 e a busca por uma profissionalização no nível superior.

A idéia é que os pequenos negócios geridos pelos pais desses estudantes tenham sido tragados ao longo do processo de concentração de renda, pelas grandes empresas nacionais ou multinacionais que se instalaram no país, não restando alternativa para essas famílias de classe média, a não ser preparar seus filhos para se tornarem profissionais competentes naquelas grandes empresas recém instaladas no país.

Mills (1969, p. 269) estudou esta relação entre concentração de renda e crescimento da demanda por educação superior nos Estados Unidos no período pós Segunda Grande Guerra. Ele pensa que nas sociedades caracterizadas pela concentração de renda, a educação superior deixa seu caráter de prestígio e status para se transformar em “capital dos empregados”. O sonho, ou pelo menos, o objetivo do universitário passa a ser conseguir um emprego numa grande companhia.

Todos esses fatores impactaram a organização social como um todo na década de 1960, mas em relação aos excedentes, houve conseqüências políticas relevantes que iremos discutir mais adiante.

CONTEXTO POLÍTICO E MOVIMENTAÇÃO ESTUDANTIL ENTRE 1964 E 1985

O impacto do golpe de Estado de março de 1964 sobre a sociedade brasileira foi muito forte e muito amplo, atingindo várias áreas.

Nas décadas de 1950 e 1960, muitos movimentos culturais estavam acontecendo no país, principalmente na região nordeste, caracterizando uma época de grande efervescência na área da educação e cultura. Havia o Movimento de Cultura Popular, no Recife, o Movimento de Educação de Base (MEB), o Centro Popular de Cultura, organizado pela UNE e outras entidades, entre outros.

A maioria desses movimentos foi extinta logo após a tomada do poder pela ditadura militar em 1964, com exceção do MEB que embora tenha sido mantido inicialmente, aos poucos foi sendo descaracterizado.

Em setembro de 1963 aconteceu em Recife o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, onde estiveram presentes 77 movimentos, dos quais 44 desenvolviam atividades de alfabetização de adultos

Na área da Educação estava em discussão, desde 1948, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Congresso Nacional; um dos temas mais discutidos era o conflito entre a escola pública, gratuita e laica e a escola privada que contava com o apoio da Associação de Educação Católica, AEC. A influência exercida pela Igreja Católica sobre as decisões do governo federal, sobretudo no campo da educação, era muito presente, conforme se pode constatar na literatura disponível.

A LDB foi aprovada em 1961, exprimindo uma conciliação entre as duas propostas. Para Anísio Teixeira, “a LDB é uma meia vitória... mas uma vitória” (CUNHA; GÓES, 1985, p.14).

Estes fatos lembram ao leitor que o golpe militar de 1964 significou uma verdadeira ruptura com o conceito de país que se vinha construindo no Brasil desde a década de 1950.

Este conceito, defendido pelas forças mais progressistas do país, estava baseado no desenvolvimento, na consolidação da democratização, mas, sobretudo apresentava uma dimensão social, pois visava à inclusão daqueles segmentos mais carentes da população, através da criação de novas oportunidades na área educacional.

A UNE estava comprometida com este novo conceito de país, embora houvesse alguma dissidência entre os estudantes.

O golpe militar não somente extinguiu inúmeras dessas iniciativas educacionais que estavam em curso na época, como também definiu novos parâmetros para a educação através da preparação de novos planos e nova legislação. Tratava-se de uma relação de dominação pela coerção do poder político sobre a educação e a cultura.

Aquela efervescência, observada na área da educação básica e da cultura antes do golpe de 1964, refletiu-se no Ensino Superior. A União Nacional dos Estudantes, UNE, participou ativamente, no início dos anos 1960, da vida política do país; um de seus objetivos mais relevantes era a aprovação pelo governo federal de uma reforma universitária, que já vinha sendo discutida há vários anos e acabou sendo sancionada em 1969.

Na segunda metade da década de 1960, a insatisfação dos estudantes universitários com o regime político instalado no Brasil em 1964 era crescente e se manifestava tanto através de debates dentro das universidades, como através de passeatas e atos públicos.

Essa insatisfação se dissemina por vários setores e acaba gerando em junho de 1968 no Rio de Janeiro, um grande evento que ficou conhecido como a “Passeata dos 100 mil”, liderada por estudantes, porém contando com a participação de professores, jornalistas, artistas e populares. Esta passeata alcançou enorme repercussão no país.

Ela protestava contra o regime político no país, a ditadura militar, reivindicava mais verbas para a educação, sobretudo para o Ensino Superior e protestava também contra a privatização do ensino.

A questão dos excedentes constituiu outro motivo importante para o surgimento dos movimentos estudantis.

Conforme aconteceu na Europa e em outras regiões, relatado por Hobsbawn (1995), também no Brasil a procura pelo Ensino Superior crescia rapidamente, mas o governo federal não abria espaço para atender a esta demanda. A questão dos “excedentes” se agravava a cada ano com o crescimento do

número de alunos que, embora aprovados nos vestibulares universitários, não conseguiam entrar na Universidade por falta de vagas.

Na tentativa de responder às reivindicações dos estudantes, o governo federal criou, em julho de 68, o Grupo de Trabalho (GT) com a função de estudar e propor com urgência as medidas a serem adotadas para resolver a crise na Universidade. Na verdade, desde 1964 o governo federal vinha trabalhando através de comissões formadas por funcionários do MEC e da USAID para “determinar o que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil” (MARTINS, 1988, p. 60).

Em 1969, a Lei 5540 foi sancionada, implantando a Reforma Universitária no país.

A Reforma reestruturou a universidade brasileira, definindo os rumos do ensino superior no Brasil pelas próximas décadas.

Ela procurou incorporar algumas reivindicações de professores e estudantes que lutavam há décadas pelo aperfeiçoamento do ensino superior.

Duas destas demandas foram assumidas pela Reforma: a extinção da cátedra vitalícia e a definição da universidade como padrão de organização institucional do ensino superior, embora tenham sido mantidos os institutos isolados ou as faculdades, em “caráter excepcional”.

A Reforma “legitimou a presença do ensino superior privado ao estruturar o ensino superior brasileiro sob a forma jurídica de autarquia, fundação ou associação” (MARTINS, 1988, p. 79).

O Grupo de Trabalho permitiu a existência dos estabelecimentos isolados, em caráter excepcional, o que levou a uma proliferação de escolas superiores isoladas pelo país. Muitas destas escolas se constituíram como empresas privadas capitalistas voltadas para a busca do lucro na área da educação.

Outras medidas importantes definidas pela Reforma foram: a implantação do regime departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, a estruturação da carreira acadêmica e a criação de uma política nacional de pós-graduação, conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal.

Desde 1969, o sistema de pós-graduação tornou-se um instrumento essencial na renovação do ensino superior no país. Deu origem a um vigoroso programa de iniciação científica, que tem contribuído para articular pesquisa e ensino de graduação e impulsionado a formação de novas gerações de pesquisadores.

É preciso reconhecer que passadas quatro décadas, muitas dessas medidas não foram de fato implantadas, ou o foram de maneira insatisfatória. É o caso do sistema de créditos e do modelo de universidade que, ainda hoje, 40 anos depois, encontram resistências na sua implantação. Mas tampouco se pode negar alguns grandes méritos da Reforma, como a estruturação do sistema de pós-graduação.

No que tange especificamente às atividades do movimento estudantil após o golpe de 1964, é preciso lembrar que a repressão exercida pelas autoridades militares foi muito forte. Nos discursos feitos pelo Presidente da República e pelo Ministro da Educação podia-se perceber que a grande preocupação do governo estava no risco de uma ‘revolução comunista’ no país, a qual, segundo eles, estaria sendo gestada nas universidades (SANFELICE, 2008, p. 93). Os movimentos estudantis, dentro desta ótica, estariam impregnados pela ideologia comunista dos professores e, portanto, deveriam ser eliminados.

Em 09 de novembro de 1964, o governo conseguiu aprovar no Congresso Nacional a Lei nº4.464, conhecida como ‘Lei Suplicy de Lacerda’ que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências; segundo Poerner (1979, p. 213-233), a lei teve como objetivo extinguir o movimento estudantil no país.

Para isso, ela procurou atingir a autonomia e a representatividade das entidades do movimento através de medidas que esvaziassem essas entidades estudantis de seus significados e de seus ideais. As entidades perderam sua identidade, sua capacidade de liderança, e foram transformadas em simples apêndices do Ministério da Educação, ao qual foram submetidas.

Os órgãos de representação estudantil foram mantidos, porém sua representatividade foi seriamente abalada. Eles ficaram impedidos de manifestações de caráter político-partidário e ainda foram

submetidos à fiscalização dos órgãos superiores: o Diretório Acadêmico seria fiscalizado pelo Conselho Departamental ou pela Congregação e o Diretório Central dos Estudantes ficou submetido ao Conselho Universitário. Passou a haver um sistema de tutela dirigido pelas autoridades governamentais sobre as entidades representativas dos estudantes.

Poerner (1979) considera que a Lei Suplicy significou, por outro lado, um certo benefício para a causa estudantil, ou seja, a Lei teria levado os estudantes a se unirem na luta por sua revogação, movimento que os levou também a se organizarem em torno de seus líderes na defesa de suas causas. Os chefes da diretoria da UNE, na época do golpe, haviam sido destituídos de suas funções, estando muitos deles presos, exilados ou desaparecidos.

O ano de 1964 entrou para a História como um período de grande repressão contra o movimento estudantil, o que gerou enorme resistência por parte dos alunos.

Na Universidade de Brasília, os atritos de professores e alunos contra a reitoria, então indicada pelo MEC, foram constantes, até que, em 10 de outubro de 1965, o próprio reitor, Laerte Ramos de Carvalho solicitou a ocupação do campus pela Polícia Militar. Na USP, o aumento de preços das refeições no restaurante do campus levou os estudantes à greve, o que resultou na invasão do restaurante pela polícia e na depredação das instalações.

No ano de 1965, o movimento estudantil concentrou-se na tentativa de revogar a Lei Suplicy de Lacerda, já citada. Os estudantes promoveram um plebiscito entre eles sobre a aceitação daquela lei. Claro que a grande maioria repudiou a famigerada lei.

Conforme disse Altino Dantas, ex-líder estudantil, a Lei Suplicy teve o mérito de unir os estudantes contra ela, funcionando como um pólo que permitiu a reorganização dos alunos após 1964. A primeira preocupação deles foi a reestruturação da UNE, que nessa época estava sem sede e sem diretoria. O primeiro congresso da UNE pós 1964, só aconteceu em julho de 1965, na Escola Politécnica de São Paulo, reunindo 400 delegados de todo o país. A decisão mais importante deste Congresso, o XXVII, foi a rejeição da Lei Suplicy.

Em junho de 1965, o MEC assinou um contrato com a *United States Agency for International Development* (USAID), para a implantação da Reforma Universitária (SANFELICE, 2008, p. 99).

O desgaste sofrido pelos estudantes, na tentativa de reestruturar a UNE e de enfrentar as medidas oficiais ameaçadoras do governo, quebrou a unidade do movimento estudantil. As relações entre os estudantes e as autoridades federais, como o Ministro da Educação e o da Justiça, ficaram cada vez mais difíceis. O clima político era muito tenso.

A UNE iniciou o ano de 1966 afirmando numa reportagem no jornal Diário da Manhã “[...] que resistirá a qualquer medida para concretizar o seu fechamento e acusou o governo do Presidente Castelo Branco de ser uma ditadura de traição nacional” (SANFELICE, 2008, p. 112).

Os estudantes organizaram passeatas de protesto contra a Lei Suplicy, contra o acordo MEC-USAID, que se propunha a definir a reformulação da universidade brasileira, contra a política ditatorial. Eles conclamavam os colegas a adotar comportamentos contra o governo, a participar de greves, a reivindicar direitos de manifestação política e de liberdade. Usando vários slogans, como ‘abaixo a ditadura’, o movimento estudantil mostrava que estava atuante e marcava sua presença na sociedade brasileira. A ditadura, por sua vez, justificava suas ações afirmando que os comunistas estavam infiltrados entre os estudantes e precisavam ser combatidos.

Em 28 de julho de 1966, os estudantes conseguiram driblar as autoridades e realizar o XXVIII Congresso da UNE em Belo Horizonte, aprovando dois documentos importantes: o “Plano de Ação para o exercício de 1966-67” e a “Declaração de Princípios”.

No “Plano de Ação”, a UNE apresentava suas reivindicações, que abrangiam desde questões educacionais, como a Reforma Universitária, até decisões já tomadas pelo governo militar, envolvendo questões econômicas, políticas, sociais e até internacionais.

Na “Declaração de Princípios”, os estudantes foram ainda mais enfáticos na defesa de suas idéias. Diziam:

A luta dos universitários brasileiros deve ser encaminhada para uma aliança estreita com as forças populares, vinculando a defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo, à superação do estado de subdesenvolvimento decorrente de uma subordinação econômica internacional, que desvirtua nossa cultura, fazendo da alienação do povo seus instrumentos de preservação. Conscientes de nosso papel frente à realidade nacional, conclamamos para uma aliança todos os setores das classes populares, em torno de objetivos comuns.

Pugnamos pela mais completa liberdade de ação e manifestação em torno dos problemas essenciais do nosso momento histórico, indissolúvelmente ligados à causa do povo e somente solúveis por um Governo representativo das forças populares (CASTILHO *apud* SANFELICE, 2008, p. 124).

No período entre 1965-66, a grande preocupação do movimento estudantil foi deixar claro para a população brasileira, mas, sobretudo para os estudantes de modo geral, que a UNE continuava viva, apesar de toda a repressão que vinha sofrendo desde o golpe de Estado de 1964. Altino Dantas, líder estudantil na época e presidente de UNE em 1965/66, ao escrever seu depoimento para a história da UNE, afirma que na sua gestão a UNE procurou apoiar o movimento operário na luta contra o arrocho salarial e na defesa da ‘estabilidade no emprego’, contra a implantação do FGTS. Segundo ele, “o movimento operário sofria uma repressão muito maior que a dos estudantes: afinal de contas era contra ele, principalmente, que se dera o golpe de 1964” (SANFELICE, 2008, p. 125).

A reação do governo ao Congresso de Belo Horizonte, foi efetuar grande número de prisões entre os estudantes, aumentando a repressão.

Em setembro de 1966, a UNE decretou uma greve geral em todas as escolas e faculdades do país, protestando contra a repressão policial ao movimento estudantil e exigindo a libertação de todos os estudantes detidos durante as últimas manifestações.

O dia 22 de setembro foi escolhido como o “Dia Nacional de Luta Contra a Ditadura”, quando haveria passeata e comício. O governo proibiu estas manifestações, mas os estudantes não aceitaram a proibição, foram para as ruas, e sofreram duríssima repressão. Em função dos muitos conflitos ocorridos naqueles dias, Poerner criou a expressão “O Setembro Heróico de 66”. E também, devido à violência da repressão policial contra os estudantes, “O massacre da Praia Vermelha” (POERNER, 1979, p. 274-279).

Depois desse dia, o movimento estudantil não organizou manifestações em âmbito nacional por algum tempo. No início de 1967, a UNE estava legalmente extinta, sendo substituída pelo Diretório Nacional dos Estudantes. Este Diretório teve vida muito curta porque nunca conseguiu representatividade entre os estudantes. Além disso, a UNE nunca deixou de funcionar na clandestinidade.

Nos últimos dias de seu governo, o Pres. Castelo Branco assinou um Decreto-Lei extinguindo a Lei Suplicy e junto com ela o Diretório Nacional dos Estudantes. Permaneceriam o Diretório Acadêmico (DA) em cada escola e o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada universidade (CARVALHO, 1975, p. 249-255).

Embora os estudantes tenham permanecido por algum tempo sem grandes manifestações, eles continuavam defendendo suas causas.

Em 1967, vários artigos foram publicados em revistas como ‘Revisão’, explicando a posição da UNE sobre a Reforma Universitária, o Acordo MEC-USAID, o Relatório Atcon, a “Tese da UNE”. Esses artigos esclareciam os estudantes sobre o conteúdo desses documentos e explicavam a posição da UNE sobre eles (SANFELICE, 2008, p. 138).

A “Tese da UNE” foi publicada na mesma revista, em 1967, sob o título “Seminário da União Nacional dos Estudantes sobre a infiltração imperialista no ensino brasileiro”. A proposta deste documento era levar aos alunos a compreensão do imperialismo como uma totalidade e como um processo histórico, para que se conseguisse convencê-los a repudiar esta invasão cultural e econômica. Conforme diz o texto da Tese da UNE:

[...] não será objetiva nem eficaz uma luta antiimperialista (sic) que lute contra o capital estrangeiro esquecendo a simbiose do capital brasileiro com aquele ou o aspecto internacional do capital. Ou que se manifeste contra a ditadura atual sem nela ver uma expressão desse

mesmo sistema de dominação. Enfim, encarar o imperialismo como um fator externo às nossas fronteiras, e não como uma totalidade que nos compreende, cujas raízes em parte aqui estão e cujas contradições em parte aqui se realizam (SANFELICE, 2008, p. 140).

A Tese da Une fez um histórico do desenvolvimento capitalista brasileiro desde o final do séc. XIX até 1964, denunciando os interesses comuns entre o imperialismo e a burguesia industrial. Para a UNE, o aparecimento do proletariado teria sido concomitante com o da burguesia. E “a crise de 1930 ocorreu em função da reestruturação do poder entre os setores burgueses: agrário e industrial” (SANFELICE, 2008, p. 143).

O golpe militar de 1964, segundo a UNE, foi um movimento resultante do agravamento da crise econômica e do crescimento dos movimentos populares, insatisfeitos com a sua situação social e econômica. As classes dominantes, constituídas pela burguesia associada ao imperialismo e ao latifúndio, teriam se organizado para manter os trabalhadores nos limites necessários para garantir as taxas de lucro pretendidas pelas classes dominantes. Os militares, segundo a UNE, teriam sido usados para manter a ordem.

O imperialismo assumiu o poder e todas as medidas foram tomadas visando ao objetivo maior, que era o aumento da taxa de lucro do capitalismo monopolista. O domínio econômico condicionou as intervenções diretas na área social, cultural e ideológica no país.

Os estudantes continuavam na sua luta.

Em 1967, a UNE conseguiu realizar seu XXIX Congresso em Valinhos, São Paulo, novamente de forma clandestina. Deste Congresso, resultou um documento, a “Carta Política da UNE”, onde se analisava a situação internacional, a situação nacional e o estabelecimento de um programa. O conteúdo da Carta de Valinhos era muito próximo ao da Tese da UNE, discutindo os mesmos temas, entretanto na Carta, os estudantes deixavam mais explícito o papel a ser desempenhado pelo movimento estudantil. Estava no texto da Carta:

Esta luta caracteriza-se no movimento estudantil pela denúncia da ditadura e do imperialismo e pela luta concreta que o imperialismo e a ditadura propõem para a Universidade. O movimento estudantil deve se preparar para a aliança com as classes que historicamente têm condições de levar adiante, de forma conseqüente, as transformações revolucionárias da sociedade. O movimento estudantil se aproxima da aliança com os operários e camponeses enquanto força auxiliar que luta contra o inimigo comum: o imperialismo e a ditadura, que expressa seus interesses (SANFELICE, 2008, p. 153).

A Carta estabeleceu um Programa a ser seguido pela nova direção da UNE e executado pelo movimento estudantil. Constava de 11 itens, desde a solidariedade pelo povo do Vietnã até a luta contra a militarização do ensino.

As lideranças do movimento estudantil já vinham manifestando um grande esforço em busca de uma visão histórica do processo político e social brasileiro incluindo o próprio movimento estudantil. Estava ocorrendo a politização do movimento estudantil, um fenômeno muito preocupante para os militares no poder. O Congresso de Valinhos só reforçou esta tendência.

Na “Carta Política”, a UNE considerava que o poder estava sob o domínio de uma classe, e que a única forma do povo participar do poder era através da luta dos trabalhadores para afastar do poder os representantes do imperialismo, no caso a grande burguesia.

As propostas da Carta eram muito semelhantes às da Tese da UNE, embora na Carta, houvesse uma preocupação com a definição do papel a ser desempenhado pelos estudantes. Os estudantes deveriam se juntar aos operários e camponeses na luta política pela tomada do poder, única forma segundo a UNE, de conseguir as transformações revolucionárias de que a sociedade precisava.

Após o XXIX Congresso de Valinhos em 1967, o movimento estudantil passou a apresentar problemas internos importantes.

Para alguns, como a revista ‘Revisão’, as divisões internas do movimento estudantil teriam resultado da postura política assumida pela UNE que não conseguira lutar a favor dos operários e camponeses, contra a burguesia, o latifúndio e o imperialismo. A UNE confessava, em editorial da ‘Revisão’, que

nunca se empenhara para sensibilizar os estudantes em relação ao movimento operário, às reivindicações dos trabalhadores (SANFELICE, 2008).

O ano de 1968 teve início com a morte do estudante Edson Luis Lima Souto pela polícia durante repressão a uma manifestação no Calabouço, restaurante da UFRJ, contra o aumento do preço da alimentação. Após este fato dramático e sua grande repercussão por todo o país, muitas manifestações aconteceram em vários pontos do país, as quais foram fortemente reprimidas, resultando em algumas mortes e muitas prisões (POERNER, 1979, p. 293-296).

Em junho de 1968, os estudantes organizaram uma grande manifestação no Rio de Janeiro, conhecida como “A Passeata dos 100 mil”.

Em outubro, houve um confronto conhecido como a Batalha da Rua Maria Antonia, em São Paulo, entre os alunos da Filosofia da USP e os alunos da Universidade Mackenzie. Neste confronto morreu José Guimarães, estudante secundarista que nada tinha a ver com o conflito, simplesmente passava pelo local e decidira ajudar a turma da Filosofia.

Os acontecimentos se sucediam e as divisões dentro da UNE também. As diferentes tendências políticas do movimento estudantil, já existentes há algum tempo, buscavam caminhos diversos para dar continuidade a sua luta. Como consequência desta busca, houve quem entendesse que a única alternativa possível para afastar o governo instalado em 1964, seria a ação militar de vanguarda e a luta armada contra o regime militar.

Devido à cisão na Diretoria da UNE, a organização do XXX Congresso da entidade foi entregue a UEE, que decidiu realizá-lo em Ibiúna, Estado de S. Paulo, em 12 de outubro de 1968. O Congresso seria clandestino, pois a UNE estava oficialmente desativada, mas o movimento estudantil decidiu realizá-lo mesmo assim. A repressão foi violenta; houve 800 prisões, muitos processos, porém poucos foram condenados ou de fato cumpriram penas, estipuladas em 6 ou 8 meses de reclusão.

Após Ibiúna, a UNE enfrentou sua fase mais difícil durante a época da ditadura militar, embora tenha conseguido manter seus protestos contra o governo, contra a sua política econômica e contra a repressão política.

Esta crise se estendeu até o final do ano, quando em 13 de dezembro de 1968, o governo publicou o Ato Institucional nº5, expressão máxima do autoritarismo implantado no Brasil (SANFELICE, 2008, p. 170). Teve início a fase mais repressiva da ditadura militar, um período de muitas prisões, muito silêncio, muito medo e que se manteve por vários anos durante a primeira metade da década de 1970.

Em fevereiro de 1969, quando o regime político autoritário se tornava mais agressivo, após várias medidas de cunho repressor tomadas pelo MEC, foi sancionado o decreto-lei 477, que representou

a expressão mais acabada das ameaças da repressão política e ideológica à universidade brasileira. Esse decreto-lei definia que cometeria infração disciplinar o professor, aluno ou funcionário de estabelecimento de ensino público ou privado que se enquadrasse nas seguintes situações: aliciar ou incitar à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participar desse movimento; praticar atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados ou deles participar; conduzir ou realizar, confeccionar, imprimir, ter em depósito, distribuir material subversivo de qualquer natureza (CUNHA; GÓES, 1985, p. 39).

A punição para o estudante que infringisse estas regras seria o desligamento do curso e a proibição de se matricular em qualquer outro estabelecimento de ensino por, no mínimo, três anos.

Em 1969, diante do Ato Institucional nº5 e do Decreto 477, o movimento estudantil foi forçado a recuar. A repressão tornava quase impossível a comunicação entre os dirigentes da UNE e os órgãos estudantis, impedindo o exercício da liderança do movimento estudantil. Diante dessa situação, a UNE não teve condições de preservar suas atividades no nível em que vinha mantendo até então.

No início da década de 1970, embora sob severa repressão, o movimento estudantil não interrompeu completamente suas atividades, continuando a atuar na clandestinidade. Em 1975, sinais claros desta atuação puderam ser percebidos na reconstituição das organizações de representações centrais de

estudantes da USP e da PUC de S. Paulo. Em 1976, os estudantes conseguiram organizar dois encontros clandestinos em nível nacional (MISCHE, 2008, p. 104).

Estas atividades se tornaram públicas em 1977 quando os estudantes organizaram protestos contra a ditadura militar em várias cidades do país, denominados 'Dia Nacional de Luta', enfrentando a repressão policial e suas conseqüências. Em 1977, houve protestos na USP contra o corte nas verbas para pesquisa e ensino, e na PUC, contra o aumento das anuidades.

Em 1977, a tentativa de organizar uma reunião estudantil nacional na PUC de S. Paulo levou à invasão da Universidade pela polícia e à prisão de estudantes, funcionários e professores. Neste mesmo ano, a Universidade de Brasília foi ocupada pelas forças policiais várias vezes devido a uma greve organizada pelos estudantes, que durou quase três meses.

Apesar de toda a repressão sofrida pelo movimento estudantil durante a década de 1970, as diversas ações clandestinas promovidas pelos estudantes ajudaram a criar um conceito de legitimidade para o movimento, visto que aquelas ações foram relacionadas à defesa dos direitos humanos e ao fim da ditadura militar. Os estudantes usavam slogans pedindo o fim da censura e da repressão, a anistia para os que estavam presos ou exilados e a volta às instituições democráticas. Eles não se restringiram aos temas estudantis.

Após os protestos de 1977, os órgãos de representação dos universitários, como Centros Acadêmicos e Diretórios Centrais dos Estudantes, foram reconstituídos, embora continuassem oficialmente ilegais até meados dos anos 1980. Em S. Paulo, os estudantes conseguiram reconstituir a União Estadual dos Estudantes (UEE) e formar uma comissão nacional Pró-UNE que começou a organizar o Congresso de Reconstrução da UNE, a ser realizado em Salvador, em maio de 1979.

Esta movimentação dos estudantes no final dos anos 1970 conseguiu construir um sentido de unidade graças ao legado histórico da 'gloriosa UNE' dos anos 1960 e graças ao seu posicionamento contra a ditadura.

Entretanto, as facções remanescentes da década de 1960 começaram a se reorganizar dentro das universidades. Surgem as "tendências", espaços para debate e sociabilidade, com visões diferentes sobre a organização estudantil. A maioria delas tinha uma postura marxista.

Estas tendências vão constituir o conjunto das idéias formadoras do movimento estudantil dos anos 1980 e 1990. E vão também se filiar aos diversos partidos de esquerda, como o PCB, o PCdoB, o PMDB, o PT, o PSTU.

Somente em 1979, 11 anos após Ibiúna, os estudantes conseguem realizar o XXXI Congresso organizado pela UNE. Embora a ditadura tenha se mantido até 1985, no final da década de 1970 já se vivenciava um ambiente menos repressivo, sobretudo após a Lei da Anistia em agosto de 1979.

O Congresso de Salvador, denominado Congresso da Reconstrução, enfrentou a tarefa de estabelecer parâmetros da estrutura e do estilo de funcionamento do movimento estudantil após a ditadura. Para reconstruir a UNE como uma instituição, era preciso definir quais aspectos de suas múltiplas identidades poderiam ser expressos, definir como administrar a dissensão e a heterogeneidade e como construir sua unidade a despeito das evidentes diferenças internas.

Este trabalho não seria tão difícil porque as diversas tendências dentro da UNE, apesar de suas diferenças, defendiam muitas idéias comuns, como: mais verbas para a educação, retorno às liberdades democráticas, anistia geral e irrestrita e revogação da legislação repressiva da ditadura.

As divergências eram relevantes: apoiar ou não o partido oficial de oposição, o MDB, focar suas lutas dentro da universidade ou na arena política mais ampla, e como envolver a massa estudantil no movimento, entre outras questões.

O número de delegados chegou a 2.300 neste Congresso; pela primeira vez na história da UNE, foi eleita uma nova diretoria através de eleição direta, por 160 mil estudantes de universidades de todo o país. A chapa eleita era composta por membros da maioria das grandes tendências.

A nova Diretoria trabalhou com três identidades subjacentes ao ativismo estudantil: a dos estudantes tentando aperfeiçoar a educação nas universidades, a dos estudantes como atores cívicos, tentando

expandir a democracia no país e a dos partidários, tentando ganhar espaço político e influenciar seus partidos políticos. Conforme nos relata Mische (2008, p. 111), “não foi uma negociação fácil”.

Ao assumir a nova Diretoria da UNE, as discussões entre os líderes e mesmo entre os estudantes, giraram em torno da prioridade que deveria ser dada a uma ou outra destas identidades, o que gerou tensões dentro do movimento estudantil.

Após sua reconstrução em 1979, a UNE promoveu muitas campanhas envolvendo temas como luta contra o governo devido à manutenção da ilegalidade da UNE, a tentativa de recuperar a sede da UNE no Rio de Janeiro, e uma greve nacional dos estudantes em defesa de mais verbas para a educação. A competição entre as diversas tendências pela liderança da entidade se acirrou devido à reforma dos partidos políticos. As Universidades funcionaram como um reduto onde os partidos políticos, sobretudo os clandestinos como PCB e PCdoB, iam buscar seus filiados.

Na primeira metade da década de 1980, uma chapa controlada pela tendência ‘Viração’, que era ligada ao PCdoB, conseguiu chegar à liderança da UNE, onde permaneceu por vários anos no controle da Diretoria, até que, em 1987, a liderança foi conquistada pelo PT.

A UNE sempre se orgulhou de sua unidade, de representar todos os estudantes universitários brasileiros. Entretanto, como colocamos anteriormente, as diferentes tendências ligadas a diferentes partidos políticos se mantinham dentro da entidade.

Em 1980, Aldo Rebelo, presidente da UNE, assinou a seguinte resolução:

1. A diretoria reafirma que, em princípio, a UNE é uma organização que é representativa de todos os estudantes brasileiros, independente de raça, cor, sexo, ideologia, ou crença religiosa; sendo, portanto, unitária, apartidária, não submetida a qualquer partido, e não afiliada a qualquer um deles.

2. Por essa razão, a UNE não delega a qualquer diretor ou estudante o poder de representá-la dentro da estrutura dos partidos. Por outro lado, a UNE defende e estimula a participação dos estudantes, incluindo seus diretores, em partidos políticos, como uma opção individual, como uma forma de contribuição à luta democrática do povo brasileiro” (MISCHE, 2008, p. 113).

Fica evidente esta dupla identidade da UNE: ela vivencia um lado ‘cívico’, como uma organização não partidária, representando todos os universitários, mas por outro lado, seus líderes, como ‘cidadãos’ são estimulados a participar dos partidos, como parte de seus deveres democráticos.

A Diretoria da UNE, do PCdoB, foi acusada de ter um conceito de liderança política, ‘aristocrático’, originado na época em que as universidades eram a província de uma pequena elite. A Diretoria tentava construir pontes com outras organizações cívicas, o que era criticado por ativistas de outras tendências.

A Diretoria considerava os ativistas ligados ao PT, como ‘sectários’ por repudiarem coalizões cívicas e também pelo ‘basismo’, uma supervalorização das bases populares.

Entre 1980 e 1987, período em que o PCdoB esteve no controle da UNE, as lideranças trabalharam para manter o caráter ‘cívico’ da entidade através de muitas campanhas e projetos. Elas lutaram para legalizar a UNE, o que foi conseguido em 1984, protestaram junto com associações de professores universitários e funcionários contra o corte de verbas para a educação, se opuseram ao aumento nas anuidades das escolas privadas e ainda apoiaram o amplo movimento de 1984 pelas eleições diretas. A UNE organizou um seminário nacional sobre a Reforma Universitária em 1985 e outro sobre o processo constitucional em 1986.

Conforme nos diz Mische (2008, p. 115), no final da década de 1980, os grupos envolvidos nos dois estilos de pontes partidárias – um orientado para a construção de alianças entre instituições cívicas e o outro, para a organização de movimentos populares – entraram em um processo de autocrítica e reflexão interna. Esta fase ocorreu logo após a derrota de Luis Inácio Lula da Silva, para a presidência da República e após a queda do muro de Berlim, seguida do colapso das repúblicas soviéticas, fatos ocorridos entre 1989 e 1991.